

Artesanato no Município de Caaporã – Paraíba: Um Olhar Sobre as Tentativas Organização Social ¹

Maria das Graças Andrade Ataíde de ALMEIDA ²

Emanuelle Silva de SANTANA ³

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

O proposto artigo é produto inicial de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem como objetivo discutir a situação atual de um grupo de artesão do Município de Caaporã – PB no que se refere a organização social para produção do artesanato, sobre a perspectiva das novas ruralidades, capital social e desenvolvimento local. Em fase preliminar, este estudo está delineado na pesquisa qualitativa, bibliográfica e na aplicação de entrevistas semiestruturadas com os artesãos. Os dados serão posteriormente tratados, utilizando a técnica da análise do discurso, considerando as contribuições de Graziano, (1999), Claude Dubar (2009) e Stuart Hall (2014), Bourdier (2011), Oliveira (2001), Buarque (2001), entre outros, ampliando o estudo para os aspectos de identidade.

Palavras-chave: Artesanato. Novas ruralidades. Organização Social. Capital social. Desenvolvimento local.

INTRODUÇÃO

O proposto artigo tem como objetivo compreender os aspectos teóricos mais relevantes que nortearão o estudo sobre as tentativas de organização social do grupo de artesãos. Este texto é fruto da pesquisa intitulada “Capital social e desenvolvimento local: um estudo sobre a organização social dos artesãos do Município de Caaporã – PB”, em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Professora da Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX – UFRPE, e-mail: ataide@hotlink.com.br

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX – UFRPE, e-mail: santanatur@hotmail.com

O estudo surgiu de conversas informais com uma artesã preocupada com o futuro do artesanato local e motivada a fortalecer a ideia do artesanato do “tecido do coco”, matéria-prima proveniente do descarte durante a colheita do coco e posteriormente utilizada para confecção de itens de decoração e utensílios. Apesar da exclusividade do produto final em relação a outros tipos existentes na região, a produção para comercialização do artesanato não prosperou.

Verificou-se que algumas ações ajudaram a desenvolver e promover a produção do artesanato local, como o Programa de Artesanato Paraibano, de iniciativa do Governo do Estado e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE- PB), além do apoio do Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CENDAC), uma ONG sem fins lucrativos que tem como um dos objetivos motivar o empreendedorismo entre os jovens.

O amparo destas instituições teve como intuito, amenizar a problemática do desemprego presente nas pequenas cidades litorâneas, que já não encontram na atividade pesqueira um suporte econômico viável. Deste modo, o patrimônio cultural, através da produção do artesanato, torna-se um importante elemento na construção de um projeto de desenvolvimento local.

Atualmente o artesanato produzido em Caaporã está pautado na confecção de peças de decoração e utensílios feitos a partir do cipó e do “palito” do coqueiro por artesãos que trabalham individualmente. Porém, paralelo a isso, é possível identificar alguma intenção de organização social para produção do artesanato com recursos naturais diversificados e disponíveis no local, a exemplo da ‘bucha vegetal’.

A princípio, percebe-se que existe vontade de organização deste grupo de artesãos, sobretudo motivados pela possibilidade de geração de renda, continuidade dos saberes apreendidos e criação de novos tipos de artesanato, reforçando a identidade local. Segundo Abramovay (2000), é a construção de uma identidade local, por meio do resgate de conhecimentos e modos tradicionais de produção, que permite a vinculação de certo produto a um território, contribuindo com seu desenvolvimento.

Desta maneira, acredita-se que a produção do artesanato local com base na organização social poderia gerar novas perspectivas socioeconômicas para aquela comunidade, pois segundo Pereira (2008), a participação da comunidade é um dos requisitos também para a manutenção do desenvolvimento.

Localizado na Mesorregião da Mata Paraibana e Microrregião do Litoral Sul da Paraíba, o Município de Caaporã apresenta clima tropical chuvoso. A distância da capital, João Pessoa, é de 45 km. Limita-se ao sul com o Município de Goiana-PE, novo polo industrial daquele estado. Caaporã, que em Tupi Guarani significa “Mata Bonita”, possui cerca de 20.362 habitantes (IBGE, 2007), distribuídos em 150, 168 Km² de área que representa 0.2661% do Estado da Paraíba. (MARCARENHAS; BELTRÃO MENDES; MIRANDA, 2005).

De acordo com informações divulgadas no site da Prefeitura Municipal em 1800 as terras que hoje são do Município eram do então Coronel Monteiro e o Engenho Tabú do Sr. João de Sá, atual Destilaria Tabú. Caaporã passa a ser distrito em 31 de dezembro de 1943, porém subordinado ao Município de Maguari, posteriormente denominado de Cruz do Espírito Santo. Somente em 27 de dezembro de 1963 Caaporã é elevado a categoria de município pela Lei Estadual Nº 3130 e finalmente instalado em 2 de fevereiro de 1964.

O processo de urbanização do Município de Caaporã se deu, como na maioria das cidades litorâneas nordestinas, sob a influência da economia açucareira, além da ocorrência da atividade turística vinculada as praias do entorno, sobretudo a partir da década de 1980. O Município, localizado às margens da PB 044, é rota de acesso obrigatória para Praia de Pitimbu – PB. Assim, apenas 14,3Km separam o município da Praia de Pitimbu, uma das mais procuradas turisticamente.

Por muitos anos a economia de Caaporã apresentou como base as olarias, o cultivo do coco, agroindústria para produção do álcool e a agricultura de subsistência (LIMA, 2003), o que lhe agregou o título de “Rainha do Litoral Sul”. Atualmente, diante da discreta oferta de oportunidades no mercado de trabalho local, observa-se uma grande demanda de adultos e jovens buscando melhores condições de trabalho em cidades vizinhas ou na capital, João Pessoa. A população que permanece trabalhando no Município se enquadra, sobretudo, no comércio local de produtos e serviços e no cultivo e colheita da cana de açúcar da Destilaria Tabu, localizada no município.

As discussões que contemplam as novas ruralidades indicam novas perspectivas socioeconômicas para pequenas cidades que amargam os efeitos da monocultura açucareira e problemas ambientais causados pela expansão industrial, sobretudo em localidades do nordeste brasileiro que tem nos recursos naturais costeiros fonte de sustento.

É nesse contexto que o artesanato do Município de Caaporã é visto como atividade não-agrícola capaz de agrupar pessoas em torno de um bem comum. Organizados, estes sujeitos sociais legitimam o sentido de capital social e contribuem para que aconteça o desenvolvimento local, todavia isso não é observado.

À luz das referências sobre capital social, desenvolvimento local e organização social, sobretudo pela análise de autores como Putnam, (2005), Coleman (2001), Bourdieu (1998), Bordenave (1994), Franco (2002), a proposta pesquisa busca compreender as limitações de organização social de um grupo de artesãos do Município de Caaporã.

Este estudo apresenta como base a pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos a observação sistemática e entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de levantar a história de vida de seus membros. A amostra é constituída por sete membros do grupo, duas artesãs que já pertenceram ao grupo e uma representação da Casa do Empreendedor vinculada à Prefeitura municipal. O intuito é tentar entender os aspectos que dificultam a organização social do grupo para a comercialização do artesanato local, as perspectivas destes sujeitos quanto a produção e comercialização do artesanato e como ocorre a participação pública nas causas coletivas que envolvem a produção e comercialização do artesanato local na perspectiva do desenvolvimento local.

O trabalho de campo contou com uma visita inicial em novembro de 2013 à líder do grupo de artesãos, a fim de identificar a atual situação do grupo, apresentar os objetivos da pesquisa, pedir autorização para acompanhar o grupo em reuniões e demais eventos de interesse coletivo.

Quanto à análise dos dados coletados nas entrevistas optaremos pelo modelo da análise de discurso, buscando compreender fenômenos através da ligação entre o linguístico e o extralinguístico com base nos significados extraídos dos discursos. (BRANDÃO, 2004, p.11).

Tendo em vista a eficiência na análise dos dados de pesquisa, o roteiro de entrevista para os artesãos do grupo foi elaborado em cinco blocos que abordam as seguintes questões: perfil socioeconômico, atividade do artesão, identidade, uso e consumo proveniente do artesanato, perspectivas de organização.

NOVAS RURALIDADES E ARTESANATO: Caminhos que levam ao desenvolvimento local

Pequenas cidades de contexto rural brasileiro convivem com os efeitos socioeconômicos da globalização. A produção em larga escala aliada à introdução de novas tecnologias agrícolas reduzem a contratação da mão de obra. Como resultado, verificam-se as migrações para centros urbanos na busca pela sobrevivência ou melhores condições de trabalho.

Expulsos pela modernização da agricultura, adultos e jovens não veem outra alternativa se não deslocar-se para outros estados ou cidades vizinhas na tentativa de enquadramento em ocupações fora dos padrões culturais da sua localidade. Por outro lado, os que permanecem na cidade de origem buscam novas alternativas de produção de renda, desenvolvendo novas habilidades. Esta nova perspectiva direcionada a população rural é apontada por Graziano (1999) como novas ruralidades. Segundo o autor a criação de empregos não-agrícolas seria a única maneira de fixar a população rural pobre no campo e ao mesmo tempo promover renda.

Pesquisas em torno das novas ruralidades veem sendo constantemente desenvolvidas buscando compreender e analisar novas formas de relação do indivíduo com o campo. Alguns destes trabalhos abordam a extensão rural, o desenvolvimento local e a organização social para compreender fenômenos que envolvem grupos sociais responsáveis pela conformação do espaço rural, a exemplo da pesquisa sobre a Extensão rural e artesanato com a Associação das Mulheres Bordadeiras do Sítio Vaquejada no Município de Passira – PE, que têm no artesanato oportunidade de trabalho e renda para melhoria de qualidade de vida (MELO, 2008), e da Associação de Guias do Turismo e do Desenvolvimento do Parque Nacional do Catimbau – PE que analisa a dinâmica organizacional dos moradores de Buíque – PE como Guias de Turismo em uma Unidade de Conservação (SILVA, 2013). Estes estudos, entre outros, consistem em referencial para compreender os caminhos trilhados por populações organizadas, a partir do capital social que contribui para o desenvolvimento local.

Cidades litorâneas, inseridas no contexto rural, são também locais de transformações socioeconômicas que convergem para necessidade de análise. Tais localidades, amargando os reflexos da crise açucareira ocorrida no Brasil durante o século XVII, convivem com

intensos conflitos que levam a população a escolher entre o êxodo e o enfrentamento das adversidades. Neste cenário, o “novo rural” a que se refere Graziano (1999) abre no espaço agrário novas propostas para o desenvolvimento de atividades, a exemplo do artesanato, possível alternativa para a falta de emprego em algumas localidades. Nesta perspectiva acrescenta Leitão (2005, p. 117):

[...] a população de muitos municípios brasileiros [...] encontram na atividade artesanal uma saída para falta de emprego e renda. Atividade que tem possibilitado melhoria na qualidade de vida, desenvolvimento local e diminuição do êxodo rural.

De acordo com Carvalho (2001) o artesanato representa muito bem a cultura material de pequenas comunidades. Para o autor (apud Servetto et al. 1998) a produção artesanal apresenta importância como atividade complementar na renda de famílias locais envolvendo artesão, suas associações e o Estado. Ainda segundo o autor “(...) muitos materiais e técnicas surgiram da adaptação dos grupos ao meio ambiente e em decorrência de sua organização social”.

Em seus estudos sobre culturas populares no capitalismo, Canclini (1982, p.53) alerta para importância do estudo do artesanato “(...) como um produto inserido nas relações sociais e não como objetos voltados a si mesmos”. Adiante o mesmo aponta o conceito de artesanato da maneira como é divulgado:

Se somássemos os usos deste vocábulo – nos textos oficiais e em cartazes de lojas, na linguagem coloquial e nos guias turísticos – teríamos de incluir quase tudo que é feito a mão, de modo rudimentar, pelos indígenas, mas também por outros, com formas que evocam a iconografia pré-colombiana ou que simplesmente sugerem ‘antiguidade’ ou ‘primitivismo’. (CANCLINI, 1982, p.53)

Para Martins (apud OLIVEIRA, 2007, p.33-37) a produção artesanal a uma maneira segura e rentável de preencher o tempo de uma população ociosa:

[...] a produção de objetos de arte popular deve ser feita especialmente com matéria-prima disponível e, na maioria das vezes, gratuita, configurando-se em um meio fácil, seguro e rentável de preencher o tempo vago da mão-de-obra ociosa, e como reflexo imediato na elevação do padrão de vida e valorização do homem.

De acordo com Parente (apud CARVALHO, 2001), além da possibilidade de ocupação para uma mão-de-obra ociosa a produção do artesanato pode gerar renda, fixando o homem no campo, promover as trocas culturais e comerciais, incentivar o turismo e a

conservação ambiental. Tal consideração não coloca a produção artesanal como solução única dos problemas socioeconômicos de uma localidade, mas, permite visualizar o artesanato como instrumento de ocupação produtiva que contribui para o desenvolvimento local.

O cenário econômico brasileiro, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990, revela a crise do desemprego sobre a influência da globalização. Neste período o sistema capitalista apresenta resultados sociais excludentes, provocando discussões reflexivas na academia, sobretudo nas áreas das ciências sociais, sobre as formas de alterar tal situação a partir do desenvolvimento local. Sobre este aspecto acrescenta Callou (2002, p. 22):

[...] procurando encontrar saídas para os processos de exclusão social vividos pelas populações rurais com o impacto da globalização sobre a agricultura brasileira, a perspectiva do desenvolvimento local tem sido apontada como uma saída para a redução da pobreza no campo.

Observa-se que no final do século XX as discursões sobre desenvolvimento local se debruçam sobre o significado do termo. Comunidades e seus atores sociais tornam-se objetos de estudo por parte de governos, ONG's e universidades a fim de explicar os efeitos positivos, limitações e perspectivas deste tipo de desenvolvimento. Adiante, novas reflexões sobre desenvolvimento local emolduraram um cenário preocupante relacionado aos resultados obtidos com as iniciativas institucionais de se diminuir a exclusão social local.

Políticas públicas baseadas nos princípios do desenvolvimento local sugerem o empreendedorismo como possível alternativa. No entanto, Bava (apud Tenório, 2007) alerta que iniciativas como capacitação de empreendedores são apenas tentativas de inserir indivíduos no mercado de trabalho e consumo, denominando tal proposta como “experimentalismo difuso”.

Para Abramovay (2000, p. 380) as vantagens comparativas existentes em uma dada comunidade ou território, suporte ao desenvolvimento local, são mais importantes quando baseadas na atuação dos atores sociais, por ser capaz de “(...) valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores”.

É possível compreender a importância da organização social para desenvolvimento local com base no comprometimento dos indivíduos, a exemplo de grupos de artesãos em

pequenas comunidades de contexto rural. Nestas localidades a matéria-prima disponível aliada ao potencial criativo e inovador dos atores sociais e incentivos institucionais públicos ou privados para o empreendedorismo, fazem do artesanato uma alternativa para o desenvolvimento local. Segundo Laurentino e Almeida (2009, p.13) a intervenção de instituições junto à produção artesanal auxiliou artesãos do Distrito Barra do Riachão - PE a correr riscos e apostar na inovação:

[...] o gerenciamento das ações de intervenção junto à produção artesanal foi realizado a partir do comprometimento do grupo de artesãos em correr riscos e apostar nas inovações. A inovação pode surgir de um produto já existente onde são sugeridas apenas algumas melhorias, como acabamentos, dimensões, ou se criar um produto totalmente novo com a técnica que o grupo de artesãos domina. (LAURENTINO; ALMEIDA, 2009, p.13)

Isso denota que o desenvolvimento local depende da articulação dos atores sociais como também institucionais para compor resultados satisfatórios. Segundo Jara (1998, p.73) “(...) desenvolvimento local depende muito da interação e da articulação dos diversos atores sociais e econômicos, institucionais, públicos e privados”. Tais articulações podem, portanto, apontar para as organizações sociais.

Ainda sobre este aspecto, Buarque (2002, p. 25) coloca que,

“[...] o desenvolvimento local poder ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

Ainda segundo o autor, tal processo depende da capacidade de mobilização dos atores sociais em torno de suas potencialidades e diante das condições encontradas no contexto externo. Diante de tais aspectos, é pertinente compreender o que dificulta a efetiva organização do grupo de artesãos de Caaporã sobre a perspectiva teórica do capital social.

CAPITAL SOCIAL COMO INDICATIVO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: A busca pela compreensão da uma efetiva organização social

As novas ruralidades não devem estar atreladas crescimento econômico, mas ao significado do desenvolvimento. Assim, para promover o desenvolvimento no campo,

evitando a pobreza e a exclusão social seria necessário investir no capital humano e no capital social, conforme argumenta Franco (2002, p.62):

Do ponto de vista do desenvolvimento, o principal elemento do capital humano [...] é a capacidade das pessoas de fazer coisas novas, exercitando sua imaginação criadora. [...] Ora, isso tem um nome [...] chama-se ‘empreendedorismo’.

[...] o chamado capital social é produzido e reproduzido na sociedade. Esses processos e essas condições dizem respeito às formas como a sociedade se organiza e aos modos que ela regula seus conflitos, isto é, diz respeito ao que se chama de poder e de política. (FRANCO, 2002, p. 64)

Ao levar em consideração a organização social como meio de chegar ao desenvolvimento local, se faz necessário pensar o capital social como um caminho para relações sociais entre indivíduos e instituições no sentido de desenvolver algo. Portanto, para Abramovay (2000, p.2) “A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta”.

As discussões sobre capital social a partir dos trabalhos de Robert Putnam, particularmente na sua obra ‘Comunidade e Democracia’, contribuem para compreender capital social como acesso ao desenvolvimento. Indica, contudo, que uma comunidade cívica e participativa dos negócios público apresenta maior chance de desenvolvimento, a exemplo das regiões do Norte da Itália que apresentaram índices maiores de desenvolvimento que as regiões do Sul, menos cívicas e pouco envolvidas com os interesses comuns. (PUTNAM apud CORREIA, 2003).

No cerne da discussão sobre capital social chama atenção o significado do termo no campo sociológico, destacando as participações coletivas no sentido de atingir objetivos comuns como assinala Matos (2009, p.35):

[...] o capital social é visto como um componente de ação coletiva, ativando as redes sociais. Ele representa um conjunto de elementos com os quais uma classe social garante a reprodução, incluindo o capital econômico, o capital cultural (como o reconhecimento de dado status social), o capital simbólico (relacionado ao reconhecimento do prestígio de quem o detém)”. (MATOS, 2009, p.35)

As reflexões de Matos (2009) sobre as redes sociais estão aportadas na importância das relações, ditas por Bourdieu, como ligações permanentes úteis para atingir metas e objetivo:

“O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis”. (BOURDIEU, 1998, p.67)

Nesta direção, é possível perceber que capital social está intimamente relacionado a participação de grupos articulados em decisões de interesse político comum. Agem, portanto, num ambiente democrático, auxiliando nas decisões comuns que corroboram para o desenvolvimento local. Assim, assinala Correia (2003, p.154):

“[...] o que parece inegável é o fato de o capital social ser essencial para o desenvolvimento endógeno, que exige a cooperação permanente entre atores regionais para criar e manter um ambiente econômico competitivo”.

O ambiente democrático facilita a formação de grupos articulados em torno de um objetivo comum. Neste sentido, a democracia apresenta como um de seus aspectos mais relevantes o controle democrático exercido pela sociedade. De acordo com Demo (2008, p.13) o controle democrático é “(...) a capacidade da população de manter sob seu controle o estado e o mercado, de tal sorte que prevaleça o bem comum”. Porém, para o autor, o controle democrático é viável apenas numa sociedade consciente e organizada.

Percebe-se, portanto, que a organização social se desenvolve num ambiente democrático e constituído de participação. As pessoas participam em diferentes âmbitos sociais: família, comunidade, no trabalho, na política. Para Bordenave (1994) o homem sempre esteve disposto a se agrupar e isso pode ser observado em vários trechos da história da humanidade. Para o autor (1994, p.17) “(...) a participação é inerente à natureza social do homem”, e o contrário disso seria a marginalização social provocada pelo acesso desigual de benefícios.

Esta pesquisa encontra nos aportes teóricos sobre capital social e desenvolvimento local base para a compreensão das sucessivas tentativas de associação do grupo de artesãos e seu processo de retomada de organização com o apoio institucional do município, representado pela recém-criada ‘Casa do Empreendedor’ desde 2011.

Desde setembro de 2004, o grupo de artesãos constitui associação com registro em cartório, no entanto sem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ. Percebe-se certo engajamento político dos líderes do grupo com a iniciativa pública (prefeitura), mas

também que o entusiasmo inerente às lideranças não é o mesmo dos demais membros do grupo.

Assim, é necessário verificar se nas suas relações sociais horizontais, ditas por Putnam (2005), o grupo persegue princípios do capital social.

De acordo com Franco (2001, p.52) o capital social de determinada comunidade se refere à capacidade das pessoas:

- a) de subordinar interesses individuais aos dos grupos maiores;
- b) de trabalhar juntas visando objetivos comuns ou o benefício mútuo;
- c) de se associar umas as outras e formar novas associações;
- d) de compartilhar valores e normas:
 - i. para formar grupos e organizações estáveis
 - ii. para constituir, compartilhar a gestão e, em suma, viver em comunidade.

Outra característica da ocorrência do capital social é a confiança entre os membros de uma organização, atuando de maneira integrada e levando a ações coordenadas como coloca Putnam (2005, p.173):

“O capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Seguindo as considerações de Putnam sobre as relações de confiança estabelecidas nas organizações sociais na perspectiva do capital social, D’Araújo (2010, p.57) aponta que “capital social não é um instrumento que opera solitariamente. Reflete, pois, uma maneira integrada de agir e interagir que tem na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade”. Desse modo, percebe-se a importância de verificar o nível de confiança presente nas organizações sociais, das redes sociais e destas redes com as instituições formais, estabelecendo uma relação integral dita por Matos (2010, p.41) como uma “abordagem sinérgica” que integra o âmbito institucional e das redes.

Além da confiança, Putnam (apud Franco, 2001) aponta para outros elementos que reforçam a teoria de capital social, a exemplo da ação coletiva, cooperação voluntária, regras de reciprocidade, sistemas de participação cívica, relações verticais e horizontais, equilíbrios sociais, acumulação, auto reforço, círculos virtuosos e viciosos.

Assim, como Putnam, Coleman, Bourdieu e Franco, outros aportes teóricos podem iluminar a problemática que envolve as limitações de organização social oficial do grupo de

artesãos de Caaporã. Neste sentido, segue o esforço em aprofundar os estudos sobre o tema deste trabalho, no sentido de complementar as considerações expostas e atingir resultados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, v. IV, n.º. 2, p. 379-397, abr./ jun. 2000.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Helena H. Negamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2004.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Comunicação Rural, Tecnologia e Desenvolvimento Local**. Recife: Bagaço, 2002.

_____. **Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local**. UniRcoop, v. 5, n.º. 1, p. 164-183, 2007.

COLEMAN, James S. Capital social y creación de capital humano. *In*: HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de. (Comps). **Zona Abierta – Capital social**. 2001.

CANCLINI, Néstor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Heidi Cristina Buzato de. **Artesanato de caixeta em São Sebastião – São Paulo**. 143 p. Piracicaba, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DEMO, Pedro. Sobre controle democrático. *In*: _____. **Cidadania pequena**. Campinas: Autores Associados, 2008.

FRANCO, Augusto de. Reconstruindo o conceito. *In*: _____. **Capital social**. Brasília: Instituto de Política, 2001.

_____. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, São Paulo: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250300>. Acesso em: 20 out. 2012.

JESUS, Paulo de. Sobre Desenvolvimento Local Sustentável. Algumas considerações conceituais e suas explicações em projetos de pesquisa. In: FILHO, Adalberto do R. Maciel; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira. **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**. Recife: Editora, 2006, p. 17-37.

LAURENTINO, Auta Luciana; ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **Uma experiência de pluriatividade vivida pelos produtores familiares da comunidade rural brasileira da Barra do Riachão**. Ponencia apresentada ao VII Congresso Latinoamericano de sociologia rural, Porto de Galinhas: 2010, p.13.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. **Trabalho, gênero e desemprego em Lagoa do Carro**. Territórios, nº. 13, Bogotá: Editorial El Malpensante S.A, p. 115-132, 2005.

LIMA, Lúcia Santos. **A História de Caaporã**. Caaporã: PB Editora, 2003.

MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO, Breno Augusto; Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, MENDES, Vanildo Almeida; MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato de (Orgs.). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Caaporã, estado da Paraíba**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

MATOS, Heloisa. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

MELO, Eduardo Barbosa de. **Extensão Rural e Artesanato: O Bordado Manual de Agricultores do Sítio Vaquejada, Passira – Pernambuco**. Recife, 2008. 114 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento Local?** São Paulo: Pólis, 2001.

PEREIRA, Sudanês Barbosa. **Processos tangíveis e intangíveis de Desenvolvimento Local**. Anais do II Encontro de Economia Baiana. Set. 2006.

PREFEITURA DE CAAPORÃ. **A cidade**. Disponível em: <http://www.caapora.pb.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 5 dez. 2013.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.